

COMISSÃO DE COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 2.701, DE 2011

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº
2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código
Penal

Autor: Deputado FABIO TRAD

Relator: Deputado EFRAIM FILHO

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO NARAZENO FONTELES

O projeto de lei em destaque tem por escopo alterar o Código Penal, com vistas a criminalizar o exercício da profissão de “flanelinha”. A proposta está sujeita à apreciação do Plenário e foi distribuída a esta Comissão para análise, nos termos regimentais.

Quanto ao mérito, consideramos que o projeto não merece prosperar, uma vez que o atual tratamento dado à matéria pelo ordenamento jurídico é satisfatório.

Preliminarmente, vale lembrar que o projeto é inadequado, porquanto a alteração pretendida já encontra respaldo na legislação pátria.

Em verdade, a Lei n.º 6.242, de 23 de setembro de 1975, reconhece a profissão de guardador e lavador autônomo de veículos automotores, cujo exercício está regulamentado pelo Decreto n.º 79.797, de 8 de Junho de 1977.

Segundo, a legislação em vigor, a profissão de flanelinha pode ser exercida legalmente após registro nas delegacias regionais do

Ministério do Trabalho. Como exigência, o interessado deve apresentar documento de identidade, atestado de bons antecedentes, certidão negativa em cartórios criminais e prova de que cumpriu obrigações militares e eleitorais. Também prevê que o pagamento pelo serviço do “flanelinha” deve ser opcional e que eles são responsáveis pelo carro e objetos deixados dentro dele.

Ressalte-se, ainda, que o exercício das profissões de guardador ou lavador de automóveis sem o cumprimento das exigências estatuídas nos diplomas legais supracitados constitui contravenção:

“Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de Outubro de 1941:

Exercício Ilegal de Profissão ou Atividade

Art. 47 - Exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o seu exercício:

Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, ou multa.”

Demais disso, as condutas dos “flanelinhas” que atinjam os bens jurídicos de maior importância e vitais ao convívio em comunidade já se encontram tipificadas no Código Penal, sob os tipos de extorsão e estelionato:

“Código Penal

Extorsão

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§1.º Se o crime é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, aumenta-se a pena de um terço até metade.

§2.º Aplica-se à extorsão praticada mediante violência o disposto no § 3º do artigo anterior.

§3.º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente.

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis.

§1.º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º."

Portanto, a alteração pretendida não inova no ordenamento jurídico e, por conseguinte, não merece nosso apoio.

Destarte, voto pela rejeição do PL nº 2.701, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado NAZARENO FONTELES